



GT Interunidades em Políticas Linguísticas para a USP

Relatório: I Seminário sobre Políticas Linguísticas na USP

10 e 11 de outubro de 2022

São Paulo

Novembro de 2022

Sumário

I. Apresentação.....	2
II. O seminário - organização e trabalhos.....	3
III. O seminário - conclusões e encaminhamentos.....	6
IV. Síntese e encaminhamentos do PoLínguas-USP.....	20

Anexos

Anexo A - Documento: Por uma política linguística para a USP

Anexo B - Programação completa - I Seminário

Anexo C - Roteiro - grupos de trabalho do I Seminário

Anexo D - Transcrição das conclusões e encaminhamentos de cada grupo de trabalho

I. Apresentação: objetivo deste documento

Este documento tem por objetivo fundamental apresentar os resultados da reflexão desenvolvida nos grupos de trabalho organizados no I Seminário sobre Políticas Linguísticas na Universidade de São Paulo, realizado entre 10 e 11 de outubro de 2022.

O evento foi organizado no prédio da Reitoria da Universidade de São Paulo por iniciativa do GT Interunidades em Políticas Linguísticas para a USP (PoLínguas-USP) e com apoio da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão (PRCEU) da Universidade.

Um primeiro antecedente da formação do GT PoLínguas-USP data de 2014, quando ocorreu a aproximação de docentes da Faculdade de Educação (FE) e da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), preocupados com o risco que, de nossa perspectiva, estava-se correndo: na tentativa de construir uma universidade bem posicionada no campo da internacionalização, podia-se terminar acatando a palavra de ordem (o inglês como língua da ciência e da comunicação) e operar um apagamento da diversidade linguística. Da perspectiva desse GT, tal diversidade deve ser vista como um princípio, pois é constitutiva do funcionamento da universidade por ser necessária no ensino, na formação e na produção de conhecimento, contribuindo para a manutenção do vínculo entre universidade e sociedade. Respeitar esse princípio permite, mediante a busca de soluções enriquecedoras e produtivas, construir redes tanto intra quanto internacionalmente.

Nesse contexto, em agosto de 2021, o GT produziu o documento “Políticas Linguísticas para a USP” (Anexo A), entregue, em março de 2022, à atual gestão da Reitoria da Universidade. Um dos princípios enunciados é a proposta de construção coletiva dessas políticas e, nesse sentido, duas ações foram desenvolvidas ao longo do ano e efetivadas nos meses de setembro e outubro de 2022: o lançamento do questionário “Línguas na USP”, dirigido a estudantes de graduação, de pós-graduação e intercambistas, bem como a servidores docentes e funcionários; e a realização do referido seminário. Ambas as iniciativas foram desenvolvidas em diálogo, principalmente, com duas pró-reitorias: a de Cultura e Extensão Universitária e a de Graduação¹.

¹ Cabe registrar que, paralelamente às duas ações aqui detalhadas, este GT desenvolve a realização de algumas produções relacionadas com o ensino de chinês, coreano, espanhol, francês, inglês, italiano, japonês, português e russo. Essa ação é levada adiante no âmbito do Programa de Iniciação e Aperfeiçoamento na Docência em Línguas (PROIAD) da PRG, com 20 bolsistas e 15 supervisores.

II. O Seminário - organização e trabalhos

O evento foi pensado como um modo de reunir representantes das diversas unidades de ensino e pesquisa, e dos institutos especializados dos diferentes campi para refletir, em conjunto, sobre a construção de uma Política Linguística para a USP. Nesse sentido, contando com o referido apoio da PRCEU, foram encaminhados convites a todas as direções dessas unidades e institutos bem como aos respectivos Escritórios de Internacionalização (CCIInts, CRIInts, Coordenação de RI, GCARI, AUCANI) com o objetivo de que cada uma dessas instâncias, em conjunto ou por separado, nomeasse seu(s) representante(s) para participar do evento.

A programação (ver Anexo B) consistiu nas atividades elencadas a seguir, de modo mais sintético:

Dia 10/10	<p>14 - Mesa de abertura, com a participação da Vice-Reitora na qualidade de representante da Reitoria, dos diretores da FEUSP e da FFLCH, bem como dos representantes da PRCEU, da PRG, da PRQ, da PRIP e da AUCANI.</p> <p>15 h - Mesa 1: O papel das línguas na constituição da excelência acadêmica da USP</p> <p>Profª. Dra. Carlota Boto (FE) Ilza A. de Oliveira Godoi (AUCANI) Profª. Dra. Akemi Ino (IAU) Coordenação: Prof. Valdir Barzotto (FE)</p> <p>17 h - Mesa 2: O papel das línguas na construção e difusão de conhecimento</p> <p>Prof. João Machado (MS) Ivo Alude Ié (Pós-graduando FE) Profª. Dra. Lilian Gregory (FMVZ) Coordenação: Prof. Dr. Paulo Daniel Farah (FFLCH)</p>
Dia 11/10	<p>9h - Grupos de Trabalho</p> <p>14h - Relatos dos grupos de trabalho, síntese e encaminhamentos.</p>

Com relação às mesas do dia 10 de outubro, cabe sublinhar que, em todas, foi destacada a importância de realizar o seminário. Na mesa 1, refletiu-se sobre o fato de

que o próprio início da USP teve um de seus alicerces calcados em bases plurilíngues, uma vez que a chamada missão francesa foi, de fato, composta por professores oriundos de diferentes países. Os pesquisadores convidados enfatizaram ainda a ideia de que as diferentes línguas intervêm claramente na produção do conhecimento e que, no particular de alguns deles, as respectivas línguas maternas tinham tido forte presença no desenvolvimento de suas pesquisas. Inclusive, na mesa 2, os participantes falaram do peso de outras línguas em seus processos de pesquisa e sublinharam a necessidade de haver um leque maior de possibilidades de interação em outros idiomas no ensino e na extensão: a USP recebe estudantes e docentes de diferentes nacionalidades, além de, na extensão internacional, efetivar uma interação com diferentes públicos, falantes das mais diversas línguas.

A discussão desenvolvida nos grupos de trabalho reunidos na manhã de 11 de outubro foi realizada a partir de um roteiro com 13 questões (ANEXO C) encaminhado, após a sua designação, a todas(-os) as(os) representantes das unidades de ensino e pesquisa, dos institutos especializados e/ou dos respectivos “Escritórios de Internacionalização”. Foi possível contar, de fato, com representantes das seguintes unidades ou institutos dos vários campi da Universidade:

1. Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH);
2. Escola de Comunicação e Artes (ECA);
3. Escola de Educação Física e Esporte (EEFE);
4. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP);
5. Escola de Engenharia de Lorena (EEL);
6. Escola Politécnica (POLI);
7. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU);
8. Faculdade de Ciências Farmacêuticas (FCF);
9. Faculdade de Ciências Farmacêuticas de Ribeirão Preto (FCFRP);
10. Faculdade de Direito de São Paulo (FD);
11. Faculdade de Educação (FE);
12. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH);
13. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (FFCLRP);
14. Faculdade de Medicina (FM);
15. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia (FMVZ);
16. Faculdade de Odontologia de Ribeirão Preto (FORP);
17. Instituto de Biociências (IB);
18. Instituto de Física (IF);
19. Instituto de Geociências (IG);
20. Instituto de Psicologia (IP).

21. Hospital Universitário (HU).

As 44 pessoas (funcionários, docentes e estudantes) que chegaram na manhã de 11 de outubro para participar do trabalho de reflexão previsto no programa foram distribuídas em cinco grupos que trabalharam sob a coordenação de dois relatores: um escolhido no momento da reunião e outro previamente designado pelo GT PoLínguas-USP – contando, em alguns casos, com um secretário ou secretária. Foi solicitado a cada grupo que, após a discussão, os relatores preparassem a apresentação dos resultados a serem compartilhados na sessão da tarde que encerraria o seminário.

Antes de passar a apresentar as conclusões e encaminhamentos do evento, deixamos registro de que as mesas do 10 de outubro bem como a leitura das conclusões e encaminhamentos dos grupos de trabalho da tarde de dia 11 foram transmitidos pelo canal youtube da FFLCH (<https://www.youtube.com/@uspfflch>), podendo ser assistidos em:

Dia 10/10: <https://www.youtube.com/watch?v=bnYBOAyUj5U&t=4342s>

Dia 11/10: <https://www.youtube.com/watch?v=MSw1h6914iU&t=4920s>

III. O seminário - conclusões e encaminhamentos

A seguir, detalharemos os resultados dos trabalhos dos cinco grupos, a partir das apresentações por eles realizadas. É preciso registrar que não buscamos submetê-los a uma padronização; ao contrário, o intuito foi deixar, sempre que possível, as marcas da diversidade na forma de organizar o relato bem como de expressar, mediante diferentes modos de dizer, as perspectivas vinculadas à específica composição de cada um deles. Nesse mesmo sentido, não foram retirados exemplos ou descrições que consideramos relevantes em termos de irmos conhecendo, em alguns momentos, de modo detalhado, o real atravessamento das línguas no terreno das práticas acadêmicas e administrativas de nossa universidade.

A transcrição da apresentação desses relatos, em sua íntegra, encontra-se no anexo D.

Grupo de trabalho 1

Participantes: Dalva A. Paes da Silva (IP); Elizabeth H de La Taille (FFLCH); Heloísa Albuquerque (FFLCH); Henrique Oliveira (FMVZ); Ilza Santos (EEFE); Jackeline Bonfim (IF); Kiala Vanga (FE); Paulo Cezar Vieira (FCFRP).

Relatores: Henrique Oliveira (FMVZ) e Elizabeth H de La Taille (FFLCH).

A apresentação foi organizada em três itens que combinam descritores e ideias e, também, formulam determinadas proposições:

1. No ensino e pesquisa:

- Sobre se são usadas outras línguas para além do português do Brasil, salienta-se que há uma grande maioria focada no inglês e no espanhol. Essa presença varia conforme o âmbito, seja o da graduação ou o da pós-graduação; o da internacionalização (editais de mobilidade); o da divulgação científica. Neste último caso, destaca-se que, em função da cultura do fator de impacto, algumas revistas somente aceitam artigos em inglês.
- Reconhece-se, assim, que “nós temos aquela cultura do fator de impacto” das revistas que, por exigência de agências de fomento, restringem o leque de línguas

utilizadas para publicação de periódicos. A conclusão é que “ficamos reféns do inglês”. Por fim, aponta-se que há claras diferenças entre as áreas de humanas, exatas, biológicas, da saúde: diferenças até nas formas em que são apresentados os trabalhos para publicação e o tipo de conhecimento que é produzido.

- Para encerrar este item, colocam-se perguntas que têm a ver com a importância de a universidade refletir sobre o lugar do português.

2. No funcionamento das unidades:

- Pensando na internacionalização, torna-se preciso perceber e reconhecer o impacto da formação ou da não-formação linguística-cultural por parte dos funcionários não só das CCINT's, mas de todos em geral.
- Quanto ao número de línguas faladas e escritas do público internacional da universidade e de cada unidade ou instituto, é preciso reconhecer que, em cada caso, se trata de um universo com sua série de especificidades.
- Acerca dos “sites da USP”, considerados como o “primeiro contato” ou como uma das vitrines da internacionalização, as perguntas formuladas são: esses sites são atualizados? São fáceis de acessar e navegar por um público externo? Logo, enunciam-se interrogações mais específicas: os sites estão todos formulados em mais de uma língua? A diversidade de línguas, quando existe, se mantém em todos os detalhes? Há soluções para resolver esses problemas?
- Com relação a essas últimas perguntas, uma resposta possível consiste em afirmar que a saída é institucionalizar, por meio de um órgão transversal com o foco em língua, em documentação, divulgação, tradução, sites, editais, convênios, por exemplo, centralizado pela Reitoria. Também se aponta que existe a possibilidade de integrar o uso das demais línguas no dia a dia dos docentes, discentes e funcionários. Além disso, a formação nessas línguas deverá estar voltada ao contexto acadêmico: para que se usa no trabalho? Quais são os gargalos de utilização dessas línguas? Pontua-se que esse “uso” deve ser pensado não com relação a situações pessoais e pontuais, mas como uma forma de integração da comunidade acadêmica. Não se trata da necessidade de incluir e aumentar a abertura linguística das unidades de forma radical e vertical/impositiva; o ideal é que, aos poucos, essas línguas sejam incluídas mediante ações menores e pontuais, considerando fatores como: a formação

linguístico-cultural do corpo funcional e o fato de os funcionários estarem ou não ligados à internacionalização.

3. As políticas linguísticas

- Realizar um levantamento das proficiências exigidas pelos programas de pós-graduação e ver se não é preciso fazer certos ajustes e atualizações, considerando, por exemplo, as línguas de divulgação científica das unidades que ainda não utilizam mais que uma língua na pós-graduação.
- Pensar na capacidade e no alcance dos Centros de Línguas existentes na Universidade para que possam ampliar o atendimento –ressalta-se, nesse momento, a necessidade de pensar nos diversos campi e no conjunto da comunidade universitária, com um altíssimo número de membros. Assim, seria importante organizar as demandas das unidades para que as intervenções e as ações não precisem ser pontuais, mas que sejam eficientes e, sobretudo, tenham continuidade. Em outras palavras, que não consistam num “cursinho” que só vai durar aquele semestre e, posteriormente, por falta de recursos, não poderá permanecer.
- Prever uma efetiva utilização da resolução nº7.110/2021 e a portaria da graduação nº7.667/2021 que prevêem bolsas para os alunos com a finalidade de fomentar atividades linguísticas dentro das próprias unidades.
- Essas atividades não precisam ser projetadas apenas em forma de aulas. Nesse sentido, vários recursos podem ser combinados: vídeo-aulas online no ambiente “Moodle”; também se sugere um programa “iFriends” linguístico, que utilize o sistema “TeleTandem”: em casos como aqueles nos quais alguém sabe o italiano e o francês e precisar conhecer espanhol, aproveitar o fato de que um estudante da mesa ou de outra unidade pode se encontrar para estabelecer uma troca real, na forma de um *coffee hour* linguístico, por exemplo. Propiciar a realização de atividades regulares (mensais, semanais) para fomento das línguas presentes na unidade, com a presença dos alunos intercambistas, da pós-graduação e da graduação que se juntam para falar numa determinada língua ou outro tipo de atividades. Projetar um programa de “tutoria linguística”, na forma de edital, voltada a docentes no contexto de internacionalização, no qual o docente seria responsável pela tutoria linguística dos intercambistas. Utilizar não só o “programa mãe” “iFriends” como os “pequenos

iFriends” com os quais algumas unidades contam (a Veterinária, por exemplo, tem o “VetFriends”). Esses “pequenos iFriends” de cada unidade poderiam contar créditos de ACC, que são obrigatórios.

A apresentação é encerrada afirmando que a iniciativa tomada pelo GT PoLínguas-USP é uma ação que perpassa todos os setores da universidade e, por isso, deveria ser objeto de um processo de institucionalização. Ela vai além do trabalho das CCInts ou das CRInts, pois transcende esses âmbitos e, por isso, deveria fazer parte do organograma da nossa universidade. A ação do GT não pode permanecer como a atividade de um grupo; deve passar a fazer parte da estrutura universitária.

Grupo de trabalho 2

Participantes: Adrián Pablo Fanjul (FFLCH); Agnaldo Arroio (FE); Antonio Chaves de Assis (FMVZ); Filomena Elaine Assolini (FFCLRP); Joilson O. Martins (FCF); Maria Julia C. Bocchio (FFCLRP); Mariana Caires Nunes (POLI); Marta Yamamoto (FFLCH); Sebastião Cardoso Gomes (HU) Silas Silva (FFLCH).

Relatores: Mariana Caires Nunes (POLI); Adrián Pablo Fanjul (FFLCH).

Secretário: Silas Silva (FFLCH)

O relato feito pelo grupo partiu de certas observações nas quais já aparecem esboçadas algumas propostas:

- Parte-se do entendimento de que as políticas linguísticas para a pós-graduação são mais parecidas (ao observar o funcionamento dos diversos programas) do que as relacionadas com a graduação nas diversas unidades. No ingresso da pós, cada programa explicitamente requer conhecimentos linguísticos – em muitos casos, do inglês – na compreensão de que isso é condição para o desempenho nessa etapa da vida acadêmica. No caso, as línguas exigidas variam de acordo com a área de conhecimento. Na graduação, a situação é mais heterogênea. Assim, as necessidades linguísticas das unidades são diversificadas, em função de acordos e convênios estabelecidos. Na FMVZ, por exemplo, as línguas mais utilizadas são o inglês, espanhol, italiano e francês. Na POLI, pela questão de ser uma escola mais antiga e contar com mais parceiros na internacionalização, estão o alemão, o italiano, o

francês e há professores que falam em chinês e japonês. Já em outras unidades, das representadas no grupo, há mais destaque para inglês e espanhol.

- Entre as ofertas de ensino de línguas, destaca-se para o grupo o lugar do programa “Inco”, cursos de inglês oferecidos pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Ensino de Línguas (CEPEL) da Faculdade de Educação, bem como os minicursos das várias habilitações em língua (FFLCH e FE) oferecidos pelos estudantes, licenciandos, na própria Faculdade de Educação. Nesse sentido, a representante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto sublinha a necessidade de abrir um Centro de Línguas para esse campus. Os relatores destacam, também, a necessidade de criar experiências de interação linguística que superem o formato dos cursos de línguas tradicionais (por exemplo, proporcionar encontros linguísticos mais diretos em que um orientador debate com seu estudante aspectos referidos a uma pesquisa específica em outra língua que não o português).
- Nesse contexto de discussão, uma proposta central, a partir da consideração de experiências realizadas em universidades do exterior, é oferecer disciplinas em língua estrangeira para alunos brasileiros e disciplinas em língua portuguesa para alunos estrangeiros. A condição é que tais disciplinas (ou uma disciplina transversal a toda universidade) façam parte do currículo dos diversos cursos – na qualidade de obrigatória, optativa-livre ou optativa-eletiva – para estimular o interesse pelo aprendizado de línguas. Nessa discussão, a proposta predominante é a de oferecer optativas, esclarecendo que provavelmente terão muita demanda e será necessário adotar critérios de seleção. A consideração dessa necessidade é submetida a uma série de dificuldades ou possíveis empecilhos (por exemplo: perfil docente, tanto no sentido acadêmico como funcional) que precisam ser estudados em detalhe – inclusive, na comparação com experiências exitosas de outras universidades – com o objetivo de encontrar soluções. Com relação ao inglês, um ponto a ser ressaltado é a necessidade de considerar que, como fruto das políticas de inclusão da universidade, os atuais estudantes não apresentam um conhecimento prévio do inglês na proporção necessária para cursar a graduação, fato que indica a necessidade de garantir, também, cursos nessa língua.
- Outra proposta é a necessidade de atender à formação em língua dos funcionários de grande parte da universidade e não apenas das CRINTs. Os dois exemplos utilizados

são bem significativos: com frequência, nos laboratórios da POLI, os funcionários devem dar apoio ao docente para explicar certos funcionamentos desse ambiente aos estudantes estrangeiros; no âmbito administrativo, eles também precisam dar respostas a esses alunos com relação a rotinas ou tramitações da universidade.

- Com relação às certificações de proficiência em língua estrangeira, destaca-se a necessidade de dar continuidade aos cursos preparatórios da AUCANI, mas, também, de ampliá-los. Sublinha-se, também, a importância de discutir, dentro dos convênios, o conceito de certificação e insistir na necessidade de que sejam aceitos certificados de proficiência em línguas emitidos pelas universidades brasileiras. Por fim, também é abordado o problema que implica o custo desses exames.
- Com relação à integração dos alunos brasileiros com os intercambistas, sugere-se valorizar a difusão e socialização de experiências de internacionalização tais como iFriends, iPoli, VetFriends, TeleTandem. Elas são altamente produtivas para todos os envolvidos, contribuindo inclusive à “internacionalização em casa”.
- Sugere-se verificar se é possível dar mais espaço para cursos na modalidade remota, em especial na pós-graduação, no intuito de contribuir para a internacionalização, abrindo fronteiras e propiciando a vinda de alunos estrangeiros para a universidade. No atual momento, a universidade manda mais alunos para o exterior do que recebe.
- Institucionalizar, no organograma da universidade, as CRInts, de modo que elas tenham estatuto semelhante às Comissões Estatutárias. Atualmente, a não institucionalização dessa Comissão confere a ela uma fragilidade (servidores técnico-administrativos que acumulam funções, por exemplo, falta de estrutura operacional).
- No que concerne à área de pesquisa e a publicação de revistas, a diversidade de línguas – se comparada com a que aparece na oferta de disciplinas nas unidades – é maior. Nos periódicos, no caso da Faculdade de Veterinária, há artigos em alemão, em inglês, italiano, espanhol; no caso da Faculdade de Ciências Farmacêuticas e da POLI, há o predomínio nítido de publicações em inglês mesmo nas revistas brasileiras.

Grupo de Trabalho 3

Participantes: André Frazão (IB); Benivaldo José de Araújo Jr. (FFLCH); Cinira Fortuna (EERP); Elisabete Montesorio (FFLCH); Emily C. da Silva (FM); Fábio Lima (FE); Fernanda Shoshi (FAU); Leandro Freitas (EACH); Marcio Lobo Netto (POLI); Marisa Grigoletto (FFLCH); Valdir H. Barzotto (FE)

Relatores e secretários: André Frazão (IB); Fábio Lima (FE); Marisa Grigoletto (FFLCH)

A apresentação do grupo deu destaque para a necessidade de partir de certos reconhecimentos e de levar adiante determinadas propostas:

- Partir do “plurilinguismo” como base da política linguística da universidade, contemplando, inclusive, as línguas brasileiras. Essa política precisa ser integradora, passando pela adoção de estratégias ativas para a internacionalização. Para tanto, é necessário compor um “plano estratégico” da instituição que inclua, também, as especificidades dos diferentes campi.
- Criar uma Superintendência de Políticas Linguísticas no organograma da USP, de modo que as ações relacionadas às línguas não sejam pontuais ou esporádicas ou fiquem a cargo das unidades, como se apenas fossem responsabilidades que a elas correspondem. Isso possibilitará criar planejamentos de curto, médio e longo prazo para “deixar de ser refém” das problemáticas apresentadas pelas questões linguísticas e “passar a ser um agente efetivo” das soluções dadas a tais questões. Essa série de medidas contribuirão para fortalecer a autodeterminação da USP como instituição e, desse modo, as línguas deixariam de se apresentar como “um problema” e passariam a ser um ponto de solução e de convergência(s).
- A referida Superintendência deveria contar com um escritório específico para as traduções que se fazem necessárias nos sites, incluindo o caso de LIBRAS.
- Conseguir (no que diz respeito às traduções) não apenas uma produção contínua, mas também estratégica. Muito da produção é em inglês, mas, em alguns casos, por exemplo, recebemos uma porcentagem significativa de falantes de espanhol nos programas de pós-graduação. Nesse caso, seria importante traduzir livros do português para o espanhol, do espanhol para o inglês, do português para o inglês – trabalho esse que poderia ser feito mediante editais específicos para esse fim.

- Incentivar que as revistas ligadas à USP fomentem a publicação de artigos em várias línguas, especialmente em espanhol, pois várias delas abrem apenas para artigos em inglês e português.
- Criar (pensando na prospecção de estudantes estrangeiros) editais para núcleos de ensino de português no exterior e oferta de cursos de férias de português como língua estrangeira, para atrair a vinda e integração de estudantes do exterior.
- Criar formas de contabilizar os créditos dos cursos de línguas para os estudantes em seus cursos de graduação.
- Não reduzir a visão da internacionalização a apenas “mobilidade” (destaca-se o risco de que, às vezes, se trata de formar mão de obra que, posteriormente, vai para o exterior”). Fazer intercâmbios de maneiras mais ricas pensando, sobretudo, em trazer estudantes de fora. Pensar não só nos países centrais, mas em intercâmbios mais amplos com países africanos, asiáticos e latino-americanos. Isso tem relação com inclusão e pertencimento dos brasileiros indo para o exterior e dos estrangeiros que recebemos e, portanto, deve ser considerado na política linguística da universidade. De fato, há uma relação muito diferente entre nós e a Europa e nós e a Latino-América; e há uma assimetria brutal na questão das línguas.
- Analisar (ainda pensando na internacionalização) questões relacionadas com as “certificações”, pois, com frequência, para se concorrer a uma bolsa pela AUCANI há um número limitado de certificados reconhecidos; além de reconhecer que essa necessidade está fortemente atravessada por uma questão financeira.
- Apoiar (ainda com foco na internacionalização) os estudantes que fazem seus processos de preparação para bolsas de intercâmbio, oferecendo-lhes um serviço de apoio para preenchimento de formulários, envio de mensagens, e solicitações de esclarecimentos e documentações com a universidade parceira, na língua dessa universidade.
- Institucionalizar as CRInts, para que possam ocupar um lugar estatutário e, assim, melhorar suas condições de infraestrutura de pessoal, por exemplo.

Grupo de Trabalho 4

Participantes: Aline Rosalles Bezerra (HU); Ana Paula Duboc (FE); Anderson V. Romanini (ECA); Artur Oriel Pereira (FFLCH); Celso Luiz de Oliveira Jr. (ECA); Maria Luiza D. Moreira (FFLCH); Nancy Micko Igarashi (HU); Priscila Lena Farias (FAU); Sheila Perena (FE); Thaise Desiree (ECA); Valeria Aoki (FM).
Relatores: Artur Oriel Pereira (FFLCH) e Ana Paula Duboc (FE).

Na introdução à apresentação do grupo, os relatores passaram a compartilhar uma síntese dos principais apontamentos realizados na discussão ao redor do roteiro encaminhado por PoLínguas-USP e elencaram uma pauta de discussão e de futuras ações:

- A discussão do “lugar” e do “não lugar” de uma e outra língua nas unidades deve passar por duas questões: a crítica à questão hegemônica – posta de modo muito expressivo pelo grupo – e a consideração das especificidades das áreas de conhecimento.
- A partir desse princípio, enfatiza-se a necessidade de valorizar saberes diversos e, portanto, reconhecer línguas africanas, asiáticas, indígenas e LIBRAS; nesse sentido, aponta-se que os processos hegemônicos produzem pagamentos. As singularidades das diferentes áreas do conhecimento expressam a necessidade de abertura a experiências que propiciem encontros entre pessoas de diferentes repertórios linguístico-culturais. Os princípios de plurilinguismo e de interculturalidade na sociedade e na USP devem passar por essas pautas.
- Nesse sentido, torna-se necessário reconhecer a necessidade de oferecer disciplinas da graduação em outras línguas.
- Também, as provas de proficiência em leitura de textos acadêmicos dos programas de pós-graduação deveriam ser possíveis em várias línguas, inclusive não-indo europeias.
- Destaca-se a importância de tomar como parâmetro experiências exitosas como, por exemplo, o programa “Para e com refugiados”, em que os refugiados aprendem a língua portuguesa e cultura brasileira, mas também ensinam diversas línguas-culturas de universos como o africano, o árabe e o hispano-americano. E, também, os vários cursos de verão ou de inverno oferecidos na USP que incentivam a leitura e a

produção científica em inglês, francês, alemão. Nesse sentido, inclusive, seria possível contar com cursos que introduzem a literatura feita em outras línguas como quimbundo, umbundo, etc.

- Propõe-se criar momentos (como o propiciado pelo próprio “I Seminário”) que possibilitem a experiência de escuta entre estudantes, docentes, funcionários – em muitos casos, falantes de “outras línguas” – para perceber como os eventos do cotidiano podem, inclusive, contribuir ou não para nossa saúde mental e nosso senso de pertencimento.
- Alerta-se sobre a necessidade de não restringir a questão das línguas a “ofertas de cursos”, de uma perspectiva instrumental, e ampliar o conceito falando de “vivências”, “experiências” e “socialização” entre pessoas, culturas e línguas. É preciso orquestrar uma série de ações que contribuam para conceber a língua como um compromisso com a humanização, legitimando em nós mesmos as possibilidades que as línguas que sabemos apresentam em nossas vidas. Nesse sentido, destaca-se o fato de que o trabalho dos participantes do HU com o plurilinguismo (“pulsante – segundo eles – do “outro lado do rio”) possibilitou reconhecer que processos de cuidado e de cura passam pela questão linguística. Experiências desse tipo contribuem para romper com a concepção de língua como aquisição de um “bloco monolítico”.
- A proposta, a partir dos objetivos do próprio Seminário e dos questionários “Línguas na USP”, é dar continuidade ao mapeamento iniciado e, nesse sentido, uma sugestão é a de considerar a possibilidade de registro do conhecimento linguístico como parte do recenseamento anual dos servidores de toda a universidade.
- Salienta-se a necessidade, com relação aos mecanismos de acesso e permanência estudantil, “saber lidar” e integrar os estudantes estrangeiros.
- A construção, consolidação e expansão da série de iniciativas arroladas passa por condições favoráveis de trabalho.

Grupo de Trabalho 5

Participantes: Ana Maria de O. Nusdeo (FD); Eliane G. Lousada (FFLCH); Eugenia Kosi (FE); Herlandí S. Andrade (EEL); Ilza A. de Oliveira Godoi (AUCANI); Ivo Aloide Ié (FE); Leiko M. Morales (FFLCH); Paulo Daniel Farah (FFLCH); Samuel Figueira Cardoso (FE); Tatiane Felix Teixeira (HU); Telma de Macedo Melo (FFLCH); Vera Marinelli (FE); Vivian de Castro (FFLCH).

Relatores: Vivian de Castro (FFLCH); Paulo Daniel Farah (FFLCH); Vera Marinelli (FE).

Após destacarem a diversidade de unidades presentes no grupo, os relatores expuseram, embasados em dados, as reflexões feitas sobre cada uma das questões colocadas no roteiro (anexo C). Para facilitar a compreensão, introduziram os itens com uma breve síntese sobre a respectiva questão abordada:

- Parte-se de um reconhecimento consensual: a necessidade de uma política linguística plurilíngue, inclusiva e internacional.
- Sobre as línguas estrangeiras em que são ministrados os cursos, observa-se que a Engenharia de Lorena e o HU não oferecem disciplinas em outras línguas além do português. A Faculdade de Direito tem um convênio com a Universidade de Lyon e ofereceu 10 disciplinas em francês ao longo de um período de dez anos (são os professores de Lyon que vêm ministrar as disciplinas aqui no Brasil). Já o curso de Letras possui diversas disciplinas em vários idiomas.
- Sobre as línguas para a comunicação internacional: nas áreas de biológicas e de exatas, inglês, espanhol, francês, alemão e mandarim são as línguas mais presentes. Na de humanas, o leque é mais aberto (sendo mais de dez línguas as usuais, incluindo árabe e japonês).
- Sobre as línguas de pesquisa: essa diversidade linguística vale também para as línguas que são necessárias para o desenvolvimento da pesquisa, bem como para os segmentos de graduação e pós-graduação, com suas diferenças. Com relação às áreas de conhecimento representadas no grupo, percebe-se que, no nível da pós e pesquisa, amplia-se muito a variedade das línguas que são estudadas, que são faladas, e nas quais são feitas as publicações.
- Sobre as línguas estrangeiras aceitas nas proficiências de programas de pós-graduação: de acordo com o discutido no grupo, alguns aceitam só o inglês – tal é o caso da pós-graduação da Engenharia de Lorena – enquanto outros aceitam

proficiência em línguas indo-europeias, especialmente inglês, italiano, francês e alemão. Ainda, há cursos que aceitam árabe, armênio, chinês, coreano, hebraico, russo, swahili e uolofe. Indicou-se que os programas de pós têm autonomia para determinar as línguas, e essas definições dependem de cada programa e de sua compreensão ou não da importância de promover plurilinguismo e conhecimento decolonial.

- Sobre as línguas com as quais trabalha o respectivo órgão de Cooperação internacional: na Faculdade de Direito com inglês, francês e espanhol. Na Engenharia de Lorena: inglês e espanhol, e na FFLCH, em relação aos funcionários, são o inglês e o espanhol.
- Sobre os cursos de língua oferecidos nas unidades como atividade de extensão e/ou como iniciativa de setores na comunidade: no HU e em Lorena não há, e essa é uma demanda que na análise feita pelo grupo se apresentou como sendo unânime. Existem cursos que são oferecidos por iniciativas de algumas unidades, como já indicado anteriormente; no entanto, existe uma necessidade de ampliar essa oferta, de criar novos cursos, com mais vagas, ou pensando no que, especificamente, trouxe a Faculdade de Engenharia de Lorena, de fazer propostas para as unidades dos outros campi da Universidade. Nesse ponto, foram reconhecidas as várias iniciativas da AUCANI, porém, também foi registrada a dificuldade de acesso. Nesse sentido, a sugestão é oferecer cursos online, considerando o conjunto da universidade: graduação, pós-graduação, docentes, funcionários e, inclusive, os pesquisadores externos, que muitas vezes não têm um vínculo formal, mas precisam desses cursos.
- Sobre as línguas dos docentes e estudantes estrangeiros recebidos pelas unidades representadas pelos participantes: constatou-se o fato de que, nos registros da universidade, quando a CRInt insere os dados dos intercambistas, só é possível explicitar o lugar de onde a pessoa vem, não havendo nenhum campo relacionado a línguas. Não há, portanto, possibilidade de registro das línguas que esses docentes e discentes falam; fica a dedução, no sistema, apenas da língua oficial do correspondente país e são apagadas as outras línguas, presentes em seu território. (Cita-se o depoimento da estudante de pós-graduação de Angola que fala, além do português, duas línguas e não conseguiu fazer o registro desses saberes – de kisolongo e de kimbundo – no sistema da universidade.) A proposta feita pelo grupo é a de

criar um campo no sistema para possibilitar esse registro.

- Sobre as línguas de submissão e de publicação nos periódicos: na unidade de Lorena e no HU, há apenas um periódico e a língua é o inglês; na Faculdade de Direito, as línguas são: inglês, espanhol e francês; e na FFLCH, são vários os idiomas.
- Sobre experiências com estudantes estrangeiros ou com intercambistas que tenham envolvido questões linguísticas: uma das discussões é a dificuldade que esses estudantes apresentam com relação ao português. Algo a ser destacado é o fato de que, mesmo nos casos em que os intercambistas provêm de Cabo Verde, Angola ou Moçambique – países cuja língua oficial é o português –, esse obstáculo com a língua permanece, uma vez que no Brasil, mesmo na universidade, há dificuldade em compreender as variantes do português faladas em outros países. Essas experiências têm provocado sofrimento e intensa desestabilização. Surgem, assim, duas propostas que fazem parte da necessidade de ampliar as formas de acolhimento: discutir e divulgar a diversidade do português falado em diferentes continentes e trabalhar o português em textos acadêmicos, algo que inclusive se faz especialmente necessário no caso dos estudantes brasileiros.
- Sobre o caso de outras experiências vinculadas às línguas que sejam importantes recuperar ou analisar: o grupo destaca a importância de programas e projetos voltados a refugiados e imigrantes que contam com a participação de docentes e discentes da USP em parceria com a sociedade civil; nesse sentido, ressaltou a importância de trabalhos conjuntos entre a universidade e a sociedade civil.
- Sobre iniciativas anteriores que deixaram de existir; lamenta a não continuidade de experiências de ensino como as de Línguas no campus: “Inglês no campus”, “Francês no campus”, “Espanhol no campus” etc., ao mesmo tempo que destaca a necessidade de oferecimento de línguas não-indo-europeias também.
- Sobre se a tradução: destaca a necessidade de ampliar as ações de tradução em toda a universidade. Atualmente, nos eventos, contratam-se serviços de tradução simultânea, o que implica custos muito altos, por isso, ou se abre mão da prática da tradução ou se recorre a um docente que faz isso voluntariamente. No caso das publicações, normalmente se contrata um serviço externo para fazer a tradução. Nesse sentido, a proposta do grupo é ressaltar a importância de que a universidade

determine a necessidade de tradução de sites e de documentos oficiais, incluindo LIBRAS.

- Encerrando a apresentação, ressalta-se a importância de que as políticas linguísticas continuem a ser discutidas, estabelecidas de forma estruturada e permanente na USP. Em consonância com a proposta dos outros grupos, reafirma-se a importância de criar uma superintendência que promova políticas linguísticas de forma continuada.

IV. Sínteses e encaminhamentos do PoLínguas

Considerando as sínteses apresentadas nos Grupos de Trabalho durante a realização do I Seminário, o PoLínguas apresenta as seguintes ponderações, acompanhadas, quando cabível, de sugestões de ação a serem consideradas pela Administração Central da USP. Essas considerações estão aqui agrupadas em quatro itens:

1) Com relação à **POLÍTICA LINGUÍSTICA da Universidade:**

Projetar uma política linguística significa incluir as línguas com uma função integradora no projeto político pedagógico das diferentes unidades na universidade, em coerência ao objetivo maior da USP de formar estudantes e pesquisadores em uma perspectiva na qual o conhecimento de línguas favorece as relações de construção e ampliação de conhecimentos. Nesse esteio, dois aspectos merecem destaque: o primeiro deles é reconhecer que uma política linguística plurilíngue e inclusiva envolve não apenas as línguas estrangeiras, mas, também, as línguas brasileiras; o segundo deles diz respeito à necessidade de distinguir “política linguística” e “prestação de serviços linguísticos”, uma vez que muitas das ações existentes nas unidades têm foco estreito na oferta de produções que possam lidar com problemas e situações imediatas (receber e acolher um estudante estrangeiro, ou oferecer um curso pontual de uma determinada língua, sem que ele tenha possibilidade de continuidade, por exemplo). Em outras palavras, a “prestação de serviços” pode ser parte das ações vinculadas a uma política linguística, a qual será, obrigatoriamente, algo muito mais abrangente e, necessariamente, implicará certa estabilidade na projeção a curto, médio e longo prazo.

Ação sugerida: dar continuidade e apoio ao diálogo estabelecido entre o GT PoLínguas-USP e a gestão da Reitoria com vistas à produção coletiva de uma política linguística para nossa Universidade.

2) Com relação ao **LUGAR INSTITUCIONAL das questões relacionadas à política linguística:**

De diferentes maneiras, os Grupos de Trabalho identificaram a necessidade de (re)organização das iniciativas existentes, na medida em que uma Política Linguística

precisa ser vista como uma ação que perpassa todas as unidades (acadêmicas e administrativas), e isso requer um lugar definido no organograma da universidade. Houve, também, uma percepção de que os órgãos existentes (Centro de Estudos e Pesquisa em Ensino de Línguas/CEPEL, da FE; Centro Interdepartamental de Línguas/CIL, da FFLCH; AUCANI e Comissões de Internacionalização) têm âmbitos de atuação distintos, que precisam ser mais bem definidos de modo que não haja sobreposição, e sim sinergia entre as ações por eles empreendidas.

Ação sugerida: criação de uma Secretaria ou Divisão de Políticas Linguísticas ou, como vários grupos coincidiram em propor, uma Superintendência de Políticas Linguísticas, vinculada aos órgãos centrais da Reitoria, que possa fazer as articulações necessárias e cuidar do macro planejamento das ações ligadas às questões linguísticas na universidade. Esse órgão poderia contar, por exemplo, com um escritório de tradução, ponto que retomaremos no item 4), relativo à internacionalização na USP.

3) Com relação a uma perspectiva abrangente de FORMAÇÃO LINGUÍSTICA:

Nos diferentes Grupos de Trabalho, destacou-se a necessidade de reconhecer e valorizar diversas iniciativas de formação linguística já existentes, distinguindo, dentre elas, ações de formação integradas e complementares. As ações integradas podem ocorrer por meio de oferta de disciplinas na grade dos cursos de graduação e programas de pós-graduação, bem como nas iniciativas de formação-pesquisa-extensão e de cursos permanentes via Centros de Línguas da Universidade; as complementares devem ser entendidas como enriquecimento das trajetórias acadêmicas disseminadas nas diferentes unidades (iFriends, VetFriends, ações do Proiad). É preciso, a um só tempo, valorizar as iniciativas de acolhimento e apoio promovidas entre os próprios estudantes (iFriends, TeleTandem) sem, metonimicamente, achar que essa pequena parte é a solução para a questão da formação linguística, até porque ela responsabiliza os estudantes por sua própria formação. Essa proposta de unir ações integradas e complementares implica em propiciar novas experiências linguísticas, para além da proposta mais tradicional de “cursos de língua”.

Ações sugeridas:

Articular, junto à PRG e à PRPG, orientações sobre a curricularização das atividades de formação linguística, seja como AACs ou como créditos que integralizam o cômputo da carga horária em diferentes cursos e programas.

Discutir a viabilidade de oferta de cursos de línguas como disciplinas optativas PRG, o que inclui estudos sobre responsabilidade pela oferta frequente e continuada, bem como a contabilização desse trabalho na carga didática dos docentes envolvidos.

Mapear e organizar as ofertas de cursos e oficinas atualmente em voga, garantindo que haja ações de difusão linguística para o contexto acadêmico e para o trabalho dos diferentes setores administrativos.

Discutir a reestruturação dos Centros de Línguas (Centro Interdepartamental de Línguas/CIL da FFLCH e Centro de Estudos e Pesquisa em Ensino de Línguas/CEPEL da FE para garantir a concretização e a permanência de ações a curto, médio e longo prazo que materializem as diversas ações e propostas projetadas em resposta às demandas reais das unidades da USP.

Discutir uma estratégia de vinculação entre os Centros de Línguas e as Unidades e Institutos, e seus respectivos Departamentos, de modo que a integração curricular, no que diz respeito às línguas, faça parte dos Projetos Acadêmicos das diferentes Unidades e Institutos da USP. Em outras palavras, considerar, nessa discussão, que os projetos acadêmicos precisam prever as articulações de modo que as ações dos Centros de Línguas, especialmente por meio de cursos gratuitos, possam ser a eles integradas.

4) Com relação à INTERNACIONALIZAÇÃO:

As discussões ocorridas no Seminário nos permitem afirmar que uma política linguística verdadeiramente inclusiva precisa deixar de reproduzir o viés monolíngue que consagra o inglês como língua universal da ciência e do ensino superior. Do nosso ponto de vista, a história de constituição plurilíngue da USP é, por si só, inovadora e nos tem feito ocupar uma posição de liderança que precisa ser cultivada em âmbito nacional, regional e internacional. E isso está intimamente relacionado à política de internacionalização.

Por isso, numa política de internacionalização que corresponda a esse princípio, as ações integradoras de ensino de português são centrais.

Com relação à excelência acadêmica da publicação por parte do corpo docente da Universidade, é preciso planejar a disponibilização de serviços de tradução para diferentes línguas. A questão linguística passa pela valorização e apoio à circulação de publicações em diferentes línguas, mas, também, pela tradução de livros de referência do português para o espanhol, por exemplo, não apenas dependendo das publicações em inglês. Além disso, houve a constatação de que as unidades recebem pouco – ou nenhum – apoio para produzir a tradução de documentos e de materiais de divulgação em línguas que não sejam o português, o que impacta em suas possibilidades de alcançar mais públicos e formalizar mais acordos internacionais. A esse respeito, é preciso também incluir a interpretação e tradução em LIBRAS.

Ficou evidente, também, que a internacionalização discente merece especial atenção, na medida em que tem um viés financeiro que precisa ser enfrentado pela Universidade, especialmente em função do perfil dos estudantes que passamos a receber nos últimos anos. Disso decorre que a formação linguística é apenas um dos aspectos que podem impulsionar projetos de internacionalização discente. É preciso considerar as condições financeiras e administrativas de apoio para que essa vertente da internacionalização seja bem sucedida para que mais e mais estudantes se vejam como pessoas que podem participar dessa experiência acadêmica.

Ações sugeridas:

Ampliar, fortalecer e dar condições a ações que propiciem o ensino de português.

Propor que as diferentes unidades revisitem seus projetos acadêmicos buscando neles integrar e articular ações de formação linguística existentes na universidade a suas próprias ações de internacionalização.

Recomendar a adoção de um plano de ações que inclua a instauração de uma política de “Internacionalização em casa”, quer seja, iniciativas que, entre outras, favoreçam a criação de comunidades multilíngues de troca de experiências acadêmicas (de estudo e de pesquisa). Prever os recursos necessários para essa ação.

Mapear as necessidades das unidades com relação às certificações de proficiência, incluindo a realização de ações para que mais certificações sejam reconhecidas (especialmente os próprios diplomas expedidos pelas universidades nos cursos de Letras), tanto para fins de realização de intercâmbios quanto para ingresso nos programas de pós-graduação, não se limitando exclusivamente ao inglês.

Iniciar tratativas junto às instituições responsáveis pela produção e aplicação de certificações, para apoio financeiro aos estudantes mediante redução de taxas.

Fazer tratativas com as revistas USP para que incentivem a publicação de artigos em mais línguas, não apenas português e inglês.

Criar um serviço de apoio a traduções (inclusive juramentadas, para o caso de documentos).

Criar uma linha de fomento destinada a estudantes estrangeiros matriculados em suas respectivas universidades em cursos de Língua Portuguesa, de modo que possam se candidatar a bolsas de estudos no Brasil, valorizando a aprendizagem dessa língua e, ao mesmo tempo, captando jovens talentos nas diferentes áreas de conhecimento.

Além desses quatro aspectos identificados como pontos centrais ao longo dos trabalhos no Seminário, entendemos que, entre outros, é fundamental incluir a temática do plurilinguismo à proposta do Programa de Desenvolvimento Profissional Docente/PDPD, apresentada no Congresso de Graduação, em nossa universidade. Isso nos parece uma rica possibilidade para que a USP preveja espaços de formação de seu próprio corpo docente que contemplem questões linguísticas. Muitas vezes o próprio professor inviabiliza ou dificulta a vida (própria e de seus estudantes) porque pressupõe a questão linguística como “falta”, ou seja, como se houvesse “ausência de conhecimentos de base, ou conhecimentos prévios” que deveriam ter sido adquiridos em outro lugar. É preciso que o próprio corpo docente universitário tenha a oportunidade de discutir, refletir e construir uma consciência linguística plurilíngue que conheça a política linguística da universidade e reconheça a diversidade linguística como possibilidade e como recurso, e não como barreira à comunicação e ao trabalho acadêmico.

Adrián Pablo Fanjul - FFLCH
Ana Paula Duboc - FEUSP
Eliane Gouvêa Lousada - FFLCH
Fabio Lima - FEUSP
Heloísa Brito de Albuquerque Costa - FFLCH
Leiko Matsubara Morales - FFLCH
Livia de Araújo Donnini Rodrigues - FEUSP
María Teresa Celada - FFLCH
Marisa Grigoletto - FFLCH
Milan Puh - FEUSP
Mônica Ferreira Mayrink O' Kuinghttons - FFLCH
Paulo Daniel Farah - FFLCH
Valdir Heitor Barzotto - FEUSP
Vera Lúcia Marinelli - FEUSP

Contato:

PoLinguas-USP@usp.br

Apoio: